

AS BRIGAS ENTRE GRUPOS DE JOVENS EM JUIZ DE FORA: A VISÃO DA MÍDIA E A QUESTÃO TERRITORIAL

FERREIRA, Kátia Oliveira

Bolsista de Apoio UFJF – katiaoferreira@hotmail.com

SOUZA, Uziel Amorim de

Bolsista BIC UFJF – uzielamorim@gmail.com

CASSAB, Clarice

PPGEO/DEGEO UFJF – clarice.torre@ufjf.edu.br

INTRODUÇÃO

A população do município mineiro de Juiz de Fora no último Censo do IBGE foi de 516247 habitantes, dos quais 80160 (15,58%) com idade entre 10 a 19 anos, vivendo quase em sua totalidade no urbano (98,77%). São jovens que, genericamente, ocupam distintos papéis na cidade polo na Região da Zona da Mata, sudeste do estado de Minas Gerais.

Dentro dessa realidade geral mencionada as brigas entre jovens de bairros locais distintos em Juiz de Fora, tem sido retratada continuamente para a população pela mídia local e até mesmo nacional por meio de notícias e reportagens especiais. No dia 15 de maio de 2011 um programa jornalístico televisivo mostrou em rede nacional a briga entre jovens de diferentes bairros de Juiz de Fora¹ e, dentro disto, a morte de um adolescente que estaria relacionada a essas brigas. Vale ressaltar que a reportagem continha vários erros quanto à localização dos bairros na cidade.

De alguma forma esse tipo de reportagem como outras tantas alardeadas por meio de jornais impressos, televisão ou internet, mexe com a sensibilidade da população ao colocar esses jovens em um papel de centralidade em diversas ações criminosas. Vale ressaltar que essa associação já é recorrente especialmente nas grandes metrópoles,

¹<<http://noticias.r7.com/cidades/noticias/jovens-da-periferia-de-mg-se-juntam-para-brigar-ate-a-morte-20110515.html>>. Acessado em 10 de julho de 2012.

especialmente nas grandes metrópoles. Porém, a própria reportagem supracitada compara a situação de Juiz de Fora com a realidade vivida no Rio de Janeiro: grupos de jovens que se digladiam e que também estão associados à criminalidade, especialmente ao tráfico de drogas geralmente em lugares de carência social.

OBJETIVOS

Nesse sentido o presente trabalho tem o objetivo de mostrar, justamente, através da mídia, e mais especificamente, de uma mídia impressa como são retratados os conflitos entre grupos rivais de bairros em Juiz de Fora, no caso específico, a partir de um importante jornal local: *Tribuna de Minas*. Frente a esse fenômeno convém entender como as relações de poder, controle e domínio que estão presentes nesses conflitos se articulam a partir do conceito de território.

Esse trabalho visa dar sequencia as pesquisas realizadas dentro no Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NUGEA) da Universidade Federal de Juiz de Fora. O NUGEA se concentra no entendimento do espaço como importante elemento nas práticas dos sujeitos sociais. O foco consiste em compreender como o espaço, através de sua apropriação, pode ser visto como categoria central na construção da ação política dos sujeitos. As pesquisas dentro do núcleo tem como objeto a relação dos sujeitos com o espaço e as formas de uso e apropriação que fazem dele. Neste sentido, os estudos têm como eixo analítico o fazer da sociedade e sua dimensão espacial.

METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa tem como base os dados coletados do jornal impresso *Tribuna de Minas* ano 2010 e 2011, esse jornal que tem a maior tiragem e, portanto, a maior circulação na cidade. Tal jornal é vendido também em algumas cidades da Mesorregião da Zona da Mata Mineira.

Os levantamentos dos dados pertinentes à pesquisa, assim como a esquematização dos mesmos têm sido feitos desde 2011 por meio de pesquisas no Arquivo Histórico da Biblioteca Murilo Mendes (em Juiz de Fora) e em dados virtuais no portal do jornal em questão. Inicialmente todos os jornais de 2010 e 2011 foram folheados em busca de repostagem ou notícias de jovens de 15 a 24 anos, sendo que cada relato foi organizado de modo a facilitar a obtenção de informações pertinentes à pesquisa. Na organização

dos dados cada reportagem ou notícia foi então tabulada a partir de algumas informações gerais: dia da publicação da reportagem no jornal; o evento que ocorreu na determinada situação (essa informação foi subdividida em eventos que se repetiram com certa frequência, a saber: acidente de trânsito, assalto, assassinato, brigas, drogas, porte ilegal de armas e outros); data em que o evento, de fato, ocorreu; local da determinada ação, sendo que esse local foi ajustado segundo a Descrição dos Centros Regionais²; fonte, ou seja, onde a reportagem pode ser localizada no jornal do dia específico em que foi registrada; idade dos jovens envolvidos; breve resumo da reportagem ou notícia feita pelo jornal.

Dentro da temática sobre território, que advém a partir da forma de uso do espaço que os grupos de jovens estabelecem esse trabalho também se pautou na discussão sobre o território. Dentro do conceito sobre território se pode distinguir algumas vertentes que balizam tal discussão, nesse sentido o conceito é apresentado a partir dessas vertentes associado à discussão sobre a ação dos adolescentes.

RESULTADOS PRELIMINARES

A problemática atual sobre jovens, por vezes, notória na sociedade brasileira. Levantamentos recentes apontam que, nos últimos anos, a população até está envelhecendo, porém uma reflexão sobre a situação dos jovens dentro de suas necessidades, interesses, desejos e sentimentos a partir do contexto sócioespacial é parte fundamental no processo de construção da realidade, seja ela local ou nacional.

No caso de Juiz de Fora, por meio de um retrato feito por um jornal de grande circulação, tais sujeitos têm se revelados ativos em situações de brigas e marginalidade, que, em algumas vezes, resultam até em mortes. São adolescentes que dentro do espaço urbano de Juiz de Fora formão grupo de colegas a partir do bairro específico (território) em que vivem, caracterizando uma identidade. Vale ressaltar que em muitos casos eles advêm de bairros mais carentes do município.

Adentrando na discussão sobre território diversos estudiosos têm avançado sobre tal conceito. A partir das construções que foram feitas pode-se dividir tal conceituação em algumas vertentes. Na vertente econômica, o território pode ser conceituado em uma parcialidade ou em uma totalidade. Maurice Godelier, à luz do marxismo, define

²<<http://www.cps.ufjf.br/anuarios/Anuario2009/basededados/PDF/1%20Hist.%20e%20Geografia/1%201%20Caracteristicas%20Geograficas/Q%201.2.pdf>>. Acessado em 11 de julho de 2012.

território a partir de processos de controle e usufruto dos recursos. Godelier mantém em sua definição uma forte referência à natureza. Daí a importância dada ao território como fonte de recursos, ao seu acesso, controle e uso.

“Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar.” (GODELIER)

Por outro lado, a concepção mais relevante e teoricamente mais consistente, é defendida pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, em que o “uso” econômico, sobretudo é definidor do território. Na defesa de uma abordagem geográfica integradora e “totalizante”, Santos utiliza a expressão “território usado” como correlato direto de “espaço geográfico”:

“O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí um vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo. O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de uma lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”. (SANTOS)

Em um de seus textos, “O retorno do território”, Santos não só explicita uma priorização de sua dimensão econômica, mas também estabelece uma distinção entre o território como “forma” e o território usado como “objetos e ações”. O território não é apenas uma superfície delimitada, mas também um território rede, podendo ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede que, ao longo do tempo, vai cedendo espaço a informação. O território reúne informações locais e externamente definidas, vinculados a um controle técnico e a um controle político, uma dialética que se afirma mediante um controle local da técnica da produção e um controle remoto da parcela política da produção. O comando “local” do território depende de sua densidade técnica e/ou funcional-informacional, enquanto o “controle distante”, global, a “escala da política”,

ao contrário do que acontecia “antes do enfraquecimento do Estado territorial”, é completamente dissociado, o que acirra os conflitos entre “um espaço local, espaço vivido por todos os vizinhos e um espaço global” racionalizado e em rede. (SANTOS) Com relação a vertente cultural ou simbólica, vale ressaltar que a cultural se caracteriza pelo signo e pelo código cultural. Stuart Hall, antropólogo jamaicano, em seu livro *A dimensão oculta* afirma que “o território é considerado como um signo cujo significado somente é comprehensível a partir dos códigos culturais nos quais se inscreve” (HALL, 1986). José Luis Garcia, antropólogo português, em seu trabalho *Antropologia del Território* irá defender que o território a partir do meio e da “culturalização” irá criar os significados, ou seja, sua “semantização”. O território “semantizado” para Garcia significa um território “socializado e culturalizado”, pois tudo o que se encontra no entorno do homem é dotado de algum significado. Nesta vertente, o pertencimento ao território implica a representação da identidade cultural, refere-se à “geossímbolos”. (GARCÍA, 1976)

O conceito de território também possui uma conceituação política ou jurídico-política, vertente que será correlacionada com as questões debatidas nesse trabalho. Na definição de território a partir da questão jurídico-política, o autor principal é o alemão Friedrich Ratzel. Segundo Moraes, “na ótica ratzeliana, o território é um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial”. O território é definido em Ratzel pelo elo indissociável entre uma dimensão natural, física, e uma dimensão política do espaço. Assim o autor reconhece que:

“O solo favorece ou entrava o crescimento dos Estados, segundo o modo com que ele favorece ou entrava os deslocamentos dos indivíduos e das famílias (...). O homem não é concebível sem o solo terrestre, assim como a principal obra humana: o Estado. (...) O Estado vive necessariamente do solo.” (RATZEL)

Jean Gottman (1952), geógrafo que marcou o debate da Geografia Política irá defender que a “unidade política é o território”. Segundo o autor, o território é “o conjunto de terras agrupadas em uma unidade que depende de uma autoridade comum e que goza de um determinado regime”. Para ele, a principal característica do território é o caráter político-administrativo. Gottman também incorpora uma dimensão idealista ao procurar entender territórios, denominando “sistemas de movimento” ou circulação que estão

ligados a “tudo o que chamamos de circulação no espaço” e “sistemas de resistência ao movimento” ou “iconografias” que seria uma série de símbolos. Encontramos aqui, o território ligado à ideia de movimento e circulação. (GOTTMAN, 1952)

Dentre as várias definições de território, as mais difundidas são aquelas que enfatizam sua ligação com relações de poder, ou seja, a sua dimensão política. Autores fundamentais dentro desse enfoque são Claude Raffestin e Robert Sack que não ignoram as dimensões econômica e cultural da sociedade. Antes de conceituar território o Claude Raffestin, influenciado pelo filósofo francês Michel Foucault, sintetiza as proposições sobre poder: o poder é exercido a partir de inumeráveis pontos e não adquirido; as relações de poder estão inerentes às relações econômicas, sociais, culturais, dentre outros. Assim o poder é uma relação desigual, mas que não tem um “centro” unitário de onde origina o poder. A concepção de território em Raffestin é o território como a “prisão” que os homens constroem para si, o espaço socialmente produzido, dotado de significado. Este termo “prisão” significa controle do espaço. Mas a territorialidade se refere a um conjunto de relações de poder, a natureza econômica e simbólica do poder.

Para Robert Sack a territorialidade é mais limitada: a territorialidade, esta “qualidade necessária” para a construção de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais. Trata-se, em síntese, do controle de pessoas e/ou de recursos pelo controle de uma área. A fronteira e o controle do acesso, portanto, são atributos fundamentais na definição de territorialidade defendida pelo autor.

Tanto Sack quanto Raffestin propõem uma visão de territorialidade eminentemente humana e social. A territorialidade humana envolve “o controle sobre uma área ou espaço que deve ser concebido e comunicado”. O uso da territorialidade “depende de quem está influenciando e controlando quem e dos contextos geográficos de lugar, espaço e tempo”. Sack também reconhece as dimensões econômica e cultural da territorialidade, “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. A territorialidade vinculada às relações de poder, em Sack, é um recurso estratégico que pode ser mobilizado de acordo com o grupo social e seu contexto histórico e geográfico. “A territorialidade é uma expressão geográfica básica do poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados”.

A identidade desses é profundamente arraigada ao território (o bairro em que eles vivem) que denota o poder que eles exercem sobre um determinado espaço. Se um jovem de outro bairro passar do “limite estabelecido” advém brigas e conflitos para a defesa desse domínio. Em alguns casos, para delimitar essa porção territorial, os grupos utilizam uma referência com uma linha de ônibus coletivo que passa no determinado local, fazem referência uma marca de roupas esportivas ou até mesmo a alguma grupo criminoso do Rio de Janeiro.

O centro de Juiz de Fora é um território “neutro”, com isto, é muitas vezes o local preferido para embates, no intuito de demonstrar qual grupo é o mais forte. Os jovens usam redes sociais na internet para marcarem essas brigas. Com certa frequência esses relatos aparecem no jornal tanto em notícias cotidianas como, em alguns casos, por meio de matérias especiais (geralmente nos finais de semana). Invariavelmente esse tipo de abordagem denota o enfoque dessas ações dentro do cotidiano em Juiz de Fora.

Silva (2010) levanta questão cerca do poder midiático. “A mídia funciona como um vetor de publicização da vida cotidiana. Pode formar, informar, transformar e ainda deformar os estilos de identidade subjetividade e sociabilidade”. Ele também argumenta que “existe um poder intrínseco na mídia que existe pelo próprio modo de organização e manifestação dessa instituição social que permite que ela aja tanto de forma positiva quanto negativa na sociedade, principalmente no que tange a formação da identidade coletiva”. Com isto se pode verificar o impacto que, por exemplo, classificar tais grupos de jovens como gangues, que se associadas a já vinculada imagem que se tem desse termo em grandes metrópoles pode caracterizar um valor substancial a ação desses grupos.

BIBLIOGRAFIA

HAESBAERT, R. O Mito da desterritorialização: do “fim dos territórios à multiterritorialidade. 2^a edição. Rio Janeiro: Revista Bertrand Brasil, p. 35-98.

SILVA, G. F. Violência e imprensa em Minas Gerais: uma reprodução da sociedade dominante. In: Congresso BIEN, 13, 2010, São Paulo. Disponível em <<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/geelisonsilvaViolencImprensemMinasGerais.pdf>>. Acessado em: 10 julho de 2010.